

## AS METAMORFOSES DO *HOMO POLITICUS*\*

Jean-Jacques Courtine\*\*

*Tradução: Yara Aun Khoury\*\*\**

*O carisma político e religioso que aureolava o corpo do rei desvaneceu-se aos poucos; não sem produzir depois constante nostalgia. E a sacralidade dos chefes conheceu, ao longo do século XX, estranhas ressurreições, onde menos se esperava.*

O final do século XX repete infinitamente e o espetáculo político contemporâneo nos dá a prova: *governar é aparecer*. O Estado terá se tornado um espetáculo, a política um *show* televisionado, a imagem dos homens públicos uma mola essencial da convicção e seus corpos uma peça indispensável à arte de governar. A história conta que um jovem presidente americano foi o primeiro a compreender, no início dos anos 60, que a política tornou-se, desde então, um negócio de sedução e que o desenvolvimento das novas mídias abria para este último horizontes inesperados. Na França, na mesma época, um velho general, portanto experiente em outras batalhas, percebeu o proveito político que poderia tirar de uma conversão dos discursos e do gestual das tribunas em eloquência televisionada. A convicção aumentou ao longo do decênio seguinte, quando um dispositivo pesado e complexo de comunicação política foi ativado. Seus especialistas, daí por diante inevitáveis, trataram, então, de reciclar o corpo dos personagens públicos: pedagogia do gesto, trabalho da voz, técnicas do sorriso, restauração generalizada das aparências. O corpo dos homens políticos, por tanto tempo mudo, pôs-se, enfim, a falar.

Os anos 80 trouxeram a confirmação desses novos poderes da aparência: um velho ator de Hollywood, uma espécie de Errol Flynn de segunda série, que costumava esquecer seu texto ou titubear, soube fazer a América adormecida cair diante do charme da imagem familiar e cotidiana de um piscar de olho, de uma brincadeira ou de uma foto familiar. Os anos 90 transformaram essa convicção em certeza: uma imagem, um gesto valem mil

palavras. As novas democracias do Leste tentam abandonar seus arcaísmos oratórios para se conformar aos códigos de se vestir e aos rituais corporais que reinam sobre a esfera pública ocidental; um imperador das mídias forja para si, em poucos meses, uma aparência política e se apodera cavalheirescamente de um poder que se tornou vazio. O espetáculo do corpo parece bem dominar a vida política.

Certamente, não se deve minimizar a importância das transformações que se produziram na cena política contemporânea, da qual a televisão constitui o agente mais visível. Mas a relação entre corpo e poder no campo político é de outra maneira complexa e paradoxal quando a inscrevemos numa história de longa duração. Assim, não foi a mídia política atual que inaugurou a era do Estado espetáculo. A arte de governar sempre soube tirar proveito da aparência, usar o corpo para fins políticos, e reconheceu essa necessidade na origem da reflexão moderna sobre o Estado: “não é, pois, necessário a um príncipe ter todas as qualidades, mas somente parecer tê-las”, assim estipula Maquiavel em *O Príncipe*. “Como parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso; e sê-lo, retendo, no entanto, em seu espírito o fato de que, se for necessário não sê-lo mais, que você possa e saiba fazer uso do contrário.”

Governar sempre foi, e continua a ser, saber mostrar. A encenação política não é hoje mais ilusória do que aquela da qual Versalhes constituía o faustoso teatro. A expressão Estado espetáculo convém, aliás, mais ao século de Luís XIV do que ao século XX, que é, sobretudo, o do indivíduo espetáculo. Se as luzes do espetáculo político jamais se apagaram, os homens, as aparências, os olhares mudaram. Mas, também, a maneira pela qual o poder político que se encarnava sob o Antigo Regime no corpo do rei veste hoje a pessoa física dos que nos governam.

Ernest Kantorowicz, em um livro célebre<sup>1</sup>, soube analisar os fundamentos teológicos e políticos da ascendência que a pessoa real exercia sobre seus súditos. “O Rei está morto! Viva o Rei!”, exclamava-se, sob o Antigo Regime, quando se anunciava a morte do soberano. Porque o corpo do rei é duplo, ao mesmo tempo mortal e imortal, visível e invisível, individual e coletivo. O corpo simbólico e eterno da realeza, que se encarna no corpo físico e perecível do rei, sobreviverá sobre ele. Essa imagem do duplo corpo do rei, fundamentada sobre aquela de Cristo, sela a unidade orgânica, política e religiosa do reinado. Seu peso simbólico é considerável: corpo sagrado, taumaturgo, sobre o qual ninguém pode pôr a mão, nem mesmo o olhar, impunemente. Essas concepções marcam o corpo físico do rei como um selo; elas cunharam nele o sinal da majestade. Essa radiação da pessoa real, feito de impassibilidade, de distância, de respeitosa fascínio, chegou a sua maior intensidade sob o reinado de Luís XIV. Encenação em inumeráveis rituais, supunha um trabalho das aparências em que o rei jamais improvisava alguma coisa. “Jamais nada fora do lugar

ou improvisado diante do povo”, assim nos confia Saint-Simon em suas *Mémoires*. “Mas até no mínimo gesto, seu andar, seu porte, toda sua continência, tudo calculado (...). O que o tornou admirável é que ele se sustentava por inteiro.”

Toma-se, assim, a medida da ruptura simbólica que a revolução democrática operou na França: quando a cabeça do rei cai, é o corpo político inteiro que se desfaz. O poder aparece, então, analisa Claude Lefort, em *l’Invention Démocratique*, como “um lugar vazio e, aqueles que o exercem, como simples mortais que só o ocupam temporariamente”. Um corpo social indeterminado, dividido pelas opiniões, ameaçado pelo número, tendo apenas em sua mente homens comuns: eis a imagem da sociedade como corpo, que é aquela das democráticas. O corpo do presidente não se confunde mais, portanto, com o da República: a democracia política foi a cena perturbada de uma dessacralização progressiva do corpo daqueles que a dirigem. O carisma político e religioso que aureolava o corpo do rei foi aos poucos se desvanecendo, não sem produzir, desde então, incessantes nostalgias: o desejo recorrente de império e de restaurações reais que atravessou o século XIX; o gosto político pelos comandantes de guerra, homens fortes ou providenciais, que carregam em sua pessoa um certo perfume de Antigo Regime; ou mesmo esse apetite popular aparentemente inesgotável pelos romances *kitsch* de reinados de opereta. Mas a sacralidade dos chefes conheceu ao longo do século XX estranhas ressurreições, onde menos se esperava.

*Em 21 de janeiro falece Vladimir Illitch Oulianov.* A União Soviética inteira fica imediatamente de luto. Enquanto era vivo, os progressos de sua doença permaneceram secretos. A partir de sua morte, seu corpo seria, ao contrário, objeto de um relatório público de autópsia extremamente detalhado. Os regimes autoritários são especialistas na gestão das agonias e da exposição dos cadáveres. O cérebro de Lenin (1340g) trazia, diz-se, as marcas de uma hemorragia cerebral, conseqüência fatal da arteriosclerose à qual havia sucumbido. Mas era também sinal do combate heróico que o dirigente operário tinha realizado contra a morte, servindo as lutas proletárias. Um mártir da causa popular, fuzilado pela doença. Um sacrifício semelhante ao dos príncipes sagrados, defensores do povo, outrora sacrificados e objetos de culto popular na Santa Rússia. A esses santos guerreiros, mortos como Cristo, a tradição reconhecia o *status* de protetores eternos das terras e das pessoas. Seu corpo, dizia-se, permanecia incorruptível para além da morte, e suas relíquias atraíam a multidão de peregrinos. O dispositivo já estava pronto, na antiga base das mentalidades, para a canonização do camarada Lenin.

Tumarkin retraça as etapas no seu *Lenin Lives!*.<sup>2</sup> Foi, então, que vimos se produzir uma miraculosa ressurreição. “E quando Illitch desapareceu, nós tivemos ainda Lenin. Essa metamorfose aconteceu imperceptivelmente diante de nossos olhos”, revelou a Pravda. “E sua cor é amarelo pálido; ele está calmo, é grande até mesmo em seu caixão; mesmo em

silêncio, ele continua a fazer aquilo a que havia consagrado sua vida: organiza, reúne, chama o povo mais e mais para a luta”, precisamente os *Izvestia*, em 27 de janeiro. “Lenin morreu, mas o leninismo que se enraizou em mim, na classe operária inteira, está muito vivo! Ele está vivo camaradas! Para nós, Lenin não está morto!”, retomavam em coro as crianças das escolas.

*O Camarada tinha dois corpos.* Astúcia da história: é nas representações das monarquias de direito divino que a pátria dos proletários irá procurar um modelo de encarnação do poder no corpo. Não mais o vazio político, não mais o receio da desordem quando há uma vacância do poder: Stalin, que já havia compreendido o proveito político que poderia tirar para fazer calar os vivos, logo adivinhou aquele que poderia empregar para fazer falar os mortos. Foi preciso, então, ir mais além: a “Comissão dos funerais” foi imediatamente rebatisada “Comissão para a imortalização de V. I. Oulianov”. O tempo urgia: indiferente, com efeito, à antiga tradição ortodoxa, o cadáver apresentava inquietantes sinais de decomposição. Pôs-se em marcha um projeto de mumificação, concebeu-se um sarcófago de vidro refrigerado e a ciência soviética confeccionou a múmia. Restava a questão do mausoléu, onde afluiriam os camaradas peregrinos. A pirâmide não estando mais disponível, ele teria a forma de um cubo, argumentou Malevitch. Porque “o cubo não é mais um corpo geométrico. É um objeto novo com o qual tentamos representar a eternidade (...), com o qual podemos manter a vida eterna de Lenin, e vencer a morte”.

Fundir num só corpo, eterno e sagrado, o poder, o Partido, o proletariado, todo o povo: a tentação totalitária quer conjurar a ameaça de indeterminação, de divisão, o temor de um desmembramento do corpo social que persegue a experiência democrática. “A partir da democracia e contra ela se refaz, assim, o corpo”, sugere Claude Lefort. Porque a esfera pública dos democratas ocidentais conheceu, ao mesmo tempo, uma lenta dessacralização e uma psicologização contínua.

Eis o exemplo americano: vêm-se, ao longo do século XIX, as sensibilidades em relação à palavra pública se transformarem profundamente, e novos estilos de eloquência verbal e corporal aparecerem nos homens políticos. A grandiloquência retórica, a ênfase gestual aos poucos se apagam nos discursos. Um estilo dialogado, familiar, feito de conversa comum e tecido de gestos cotidianos tende a substituí-lo. Assim, um de seus contemporâneos podia notar a respeito de Abraham Lincoln: “Pode ser que a qualidade que mais subitamente surpreendia era a constante simplicidade de seus modos e de sua conversa, sem formalidade nem cerimônia, que ultrapassou aquelas que acontecem entre vizinhos”. Desencantamento do político: o poder é um lugar vazio, ocupado fisicamente por homens comuns. Foram, então, se produzindo aos poucos formas de um carisma secular, reflexo da nivelção progressiva das condições, numa sociedade de massa. Quando a mensagem

política deixou de ser percebida como a expressão de uma vontade divina, ou carregada de sentido por uma ordem política e social transcendente, forjou-se uma nova legitimidade, a dimensão individual, psicológica das aparências e dos sentimentos. Eis o que Richard Sennett<sup>3</sup> chamou “as tiranias da intimidade”: toda a vida pública é absorvida no espetáculo do eu; crenças e convicções repousam, cada vez mais, na percepção da sinceridade do homem público, encenada pela fisionomia.

Entendemos que as mídias modernas puderam reforçar e acelerar, consideravelmente, o desenvolvimento desses usos públicos da intimidade que, no entanto, já existiam anteriormente a eles. E que o corpo, o rosto, o gesto, a expressão tenham se tornado objetos essenciais do espetáculo político. Só podemos evocar aqui, para terminar, a história complexa das transformações desse espetáculo que as tecnologias de comunicação de massa provocaram. O rádio, o cinema, depois a televisão, operaram uma aproximação contínua do olhar coletivo que escrutina as figuras públicas. Todos os dados da interlocução política foram modificados; os públicos, as encenações, os registros retóricos, vocais, gestuais foram profundamente transformados. A televisão, levando a visibilidade dos corpos a um paroxismo, aumentou consideravelmente a psicologização da esfera pública. E ela, sem dúvida, querendo abolir a intransponível distância que outrora separava o soberano e seus súditos, dotou a aparência de novos poderes, abriu um horizonte inédito para a sedução de massa. Mas ela também consagrou a banalidade dos homens, a trivialidade dos propósitos, a futilidade dos sorrisos, a transitoriedade das famas, a natureza efêmera dos destinos políticos nos regimes democráticos.

A esse respeito, não existe figura mais emblemática do que a de J. F. Kennedy: a televisão foi testemunha e agente privilegiado de sua glória precoce, como de seu fim trágico. Desde então, sua história nos lembra que, na era democrática, governar é, também, desaparecer.

*Tradução autorizada em 10 de abril de 2002*

## Notas

<sup>1</sup> Texto publicado em *Le Nouvel Observateur*, n. 21, “Le triomphe du corps”, pp. 56-58, 1994.

<sup>2</sup> Jean-Jacques Courtine, linguísta de formação, vive nos Estados Unidos desde 1988, onde é professor de História Cultural na Universidade da Califórnia. Publicou com Claudine Haroche *Histoire du visage* (Rivages, 1988).

<sup>3</sup> Professora do Departamento e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, da PUC-SP.

<sup>4</sup> KANTOROWICZ, E. *The King's Two Bodies*. Princeton, Princeton University Press, 1957.

<sup>5</sup> TUMARKIN. *Lenin lives!* Cambridge. Harvard University Press, 1983.

<sup>6</sup> SENNETT, R. *The Fall of Public Man*. Nova York, Knoff, 1977.